

947B

204



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 186000-0

AGRAVANTE: JOTUDE – JOÃO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA

ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO

AGRAVADO: HADEMARCOS SANTOS DE ALMEIDA

ADVOGADO: DOUGLAS LINS DE MORAIS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

*Garantido
5341*

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO – PRAZO QUINZENAL APÓS TRÂNSITO EM JULGADO.

DECISÃO: “Por unanimidade foi dado provimento ao recurso de acordo com o voto do Relator”.

Data do julgamento: 30 de setembro de 2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento de nº 186000-0, em que é Agravante, JOTUDE – JOÃO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. e Agravada HADEMARCOS SANTOS DE ALMEIDA, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: “Por unanimidade foi dado provimento ao recurso de acordo com o voto do Relator.” Tudo nos termos dos votos constantes em anexo que integram o presente aresto.

Recife, 13 de outubro de 2009.

Ad. de Oliveira Melo
ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR

O/rjmp



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

941
205
AB

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0186000-0 – GARANHUNS/ PE
AGRAVANTE: JOTUDE – JOÃO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO
AGRAVADO: HADEMARCOS SANTOS DE ALMEIDA
ADVOGADO: DOUGLAS LINS DE MORAIS
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Julga-se Agravo de Instrumento interposto por **JOTUDE – JOÃO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.** contra decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns/PE que, nos autos da Ação de Execução (proc. nº216.2007.000646-8), não reconheceu nulidade processual, decorrente da transferência da execução do juízo de Venturosa/PE para Garanhuns, sem intimação do executado, determinando a lavratura do termo de penhora e intimação da executada, nos termos do art. 475-J, CPC (fs. 820).

Aduz a agravante, ora executada, que não foi intimada da decisão do juízo da comarca de Venturosa, neste Estado, que acatou o requerimento do exeqüente, ora agravado, determinando a referida remessa processual (fs. 313), nulidade complementada pela decisão recorrida.

Argüi, ainda, a nulidade da execução, por não obedecer o disposto no art. 620 do CPC, desconsiderando de forma ilícita sua personalidade jurídica (art. 50 do CC).

Requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, reformando-se a decisão agravada.

O/accf

942

206

AB

Através do despacho de fs.863, determinei a requisição de informações ao juiz da causa e a intimação da parte agravada.

O juízo da 1ª Vara Cível da Garanhuns prestou informações através do ofício nº 001339/2009 (fs. 875), noticiando que, com a reforma do CPC, não caberia citação/intimação do executado para cumprimento de sentença.

A parte agravada não se manifestou nos autos, consoante certidão de fs. 938.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de setembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador Relator

207/948B



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0186000-0 – GARANHUNS/ PE
AGRAVANTE: JOTUDE – JOÃO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
ADVOGADO: URBANO VITALINO DE MELO NETO
AGRAVADO: HADEMARCOS SANTOS DE ALMEIDA
ADVOGADO: DOUGLAS LINS DE MORAIS
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

VOTO

Assiste razão ao agravante.

Trata-se de matéria pacífica, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a desnecessidade de intimação da parte vencida para cumprimento da sentença, correndo o prazo de 15 (quinze) dias, prescrito no art. 475-J do CPC, a partir do trânsito em julgado (STJ – EDcl.-Resp. 1.087.606-RJ. Rel. Min. Castro Meira. Publ. em 1º.07.09), sendo, todavia, irrefutável a obrigatoriedade de intimação das partes de todos os atos processuais em estrita obediência ao art. 237 do CPC.

Neste sentido, observe-se o entendimento daquela Corte:

...5. Com efeito, quando eventual nulidade processual ou falta de condição da ação ou de pressuposto processual impede, a toda evidência, o regular processamento da causa, cabe ao tribunal, mesmo de ofício, conhecer da matéria, nos termos previstos no art. 267, § 3º e no art. 301, § 4º do CPC, reconhecendo-se o efeito translativo como inerente também ao recurso especial. Inteligência da Súmula 456 do STF e do art. 257 do RISTJ. (Precedentes: REsp 801.154/TO, DJ 21.05.2008; REsp 911.520/SP, DJ 30.04.2008; REsp 869.534/SP, DJ 10.12.2007; REsp 660519/CE, DJ 07.11.2005) 6. Deveras, informado que é o sistema processual pelo princípio da instrumentalidade das formas, somente a nulidade que sacrifica os fins de justiça do

949/P

207

processo deve ser declarada (pas des nullités sans grief), tal a hipótese do caso sub judice. EDcl no REsp 993364 / MG. Rel. Min. Luiz Fux. 1ª turma. DJe 25/03/2009.

Ora, conforme se depreende da documentação colacionada aos autos, ressalte-se, não impugnada pela parte adversa, o exeqüente, ora agravado, sem qualquer prova, requereu o cumprimento da execução, em Garanhuns - PE, de acordo com os preceitos no art. 475-P, tendo sido acatado pelo juízo de Venturosa, sem a devida intimação da executada (vide fs. 311/320).

Por seu turno, o juízo de Garanhuns, passando ao largo do seu despacho de fs. 682, que determinava a citação do devedor, ora agravante, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor executado, devidamente atualizado, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento), ordenou a expedição do mandado de penhora para bloqueio *on-line* (fs. 690).

Com essas considerações, concedendo efeito suspensivo, dou provimento integral ao recurso, reformando a decisão, ora recorrida.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator